

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

275 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 29 de junho a 3 de julho de 2026

1. VISITA DA PRESIDENTE ROBERTA METSOLA A PORTUGAL	1
2. DIA INTERNACIONAL DO PARLAMENTARISMO	1
Parlamento Europeu	3
3. INÍCIO FORMAL DA PRESIDÊNCIA IRLANDESA DO CONSELHO DA UE	3
4. DEFESA EUROPEIA - DESENVOLVIMENTOS	4
Ucrânia — 3,9 mil milhões de euros para aquisição de drones	4
Sistemas autónomos — vantagem tecnológica e controlo humano	5
5. UCRÂNIA: CONFERÊNCIA DE RECUPERAÇÃO E NECESSIDADES DE RECONSTRUÇÃO	5
Conferência de Recuperação da Ucrânia 2026	5
Necessidades de reconstrução — estudos do Parlamento Europeu e avaliação internacional	6
6. BCE - FÓRUM ANUAL SOBRE BANCA CENTRAL	7
7. COMISSÃO EUROPEIA — RESTRIÇÕES AO ACESSO DE MENORES ÀS REDES SOCIAIS	7
8. EUROBARÓMETRO DE PRIMAVERA DO PARLAMENTO EUROPEU	8
9. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR - COMISSÕES AFET E CONT DO PE	8
Comissão dos Assuntos Externos — Alargamento da União Europeia	8
Comissão do Controlo Orçamental — MRR e próximo QFP 2028-2034	9
10. REUNIÕES DO CONSELHO	10
11. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	10
Conselho Europeu	10
Parlamento Europeu	10
Comissão Europeia	10
Conselho da UE	10

1. VISITA DA PRESIDENTE ROBERTA METSOLA A PORTUGAL

No dia 26 de junho, o Presidente da Assembleia da República (AR), **José Pedro Aguiar-Branco**, recebeu em audiência, no Palácio de São Bento, a **Presidente do Parlamento Europeu (PE), Roberta Metsola**, no âmbito da visita que esta realizou a Portugal por ocasião das comemorações dos 40 anos da adesão de Portugal às Comunidades Europeias (detalhe [aqui](#)). A Assembleia da República assinalou que a visita da Presidente Metsola se enquadrou precisamente neste ciclo comemorativo, conferindo-lhe uma dimensão institucional e parlamentar particularmente relevante. Todo o material audiovisual desta audiência na AR está disponível aqui: [fotografias](#) e [vídeo](#).



A deslocação de Roberta Metsola a Portugal, nos dias **26 e 27 de junho**, integrou vários momentos institucionais e públicos associados às comemorações dos **40 anos da adesão de Portugal às Comunidades Europeias**. Além de ter sido recebida pelo Presidente da Assembleia da República, **José Pedro Aguiar-Branco**, a Presidente do PE participou no descerramento de uma placa comemorativa da adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia, reuniu-se com os Presidentes dos Governos Regionais da Madeira e dos Açores, **Miguel Albuquerque** e **José Manuel Bolieiro**, e manteve ainda contactos com a **Business Roundtable Portugal**, representantes do setor empresarial, bombeiros, associações e jovens. O programa incluiu também a participação no encerramento das **Festas de Santo António**, um encontro com membros do projeto **Surf Adaptado** e uma intervenção na cerimónia de graduação da **NOVA School of Business and Economics**. O Governo português sublinhou o simbolismo europeu da visita, tendo o Ministro dos Negócios Estrangeiros, **Paulo Rangel**, destacado a Presidente do Parlamento Europeu como uma das principais vozes da Europa junto dos cidadãos (detalhe [aqui](#)).

2. DIA INTERNACIONAL DO PARLAMENTARISMO

A Assembleia da República assinalou, em 30 de junho, o **Dia Internacional do Parlamentarismo**, associando a iniciativa às comemorações dos 40 anos da adesão de Portugal às então Comunidades Europeias.

A [sessão de abertura](#) contou com intervenções do Presidente da Assembleia da República, José Pedro Aguiar-Branco, e do Presidente da Câmara dos Deputados do Luxemburgo, Claude Wiseler, tendo-se seguido a inauguração da exposição “[Portugal e a Europa — 40 anos de progresso partilhado](#)”, dedicada às principais etapas da integração europeia de Portugal.



A cerimónia contou ainda com a participação da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, Inês Domingos, da Presidente do Instituto Diplomático, Ana Paula Zacarias, e do Comissário para as Comemorações dos 40 Anos da Adesão, Carlos Coelho, bem como com a presença de embaixadores dos Estados-Membros da União Europeia e de países candidatos com representação em Portugal (apontamento nas redes sociais [aqui](#)).

Na sua intervenção, o Presidente da Assembleia da República sublinhou a importância dos Parlamentos nacionais para a legitimação democrática da construção europeia, em complemento com o PE, recordando que estes desempenham uma função essencial de escrutínio político, representação democrática e aproximação das decisões europeias aos cidadãos. José Pedro Aguiar-Branco enquadró a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia como um momento definidor da afirmação da Europa em Portugal e da afirmação internacional de Portugal num novo capítulo da sua história democrática, salientando que o percurso europeu português deve ser lido como parte da consolidação institucional, política e estratégica do país.



Também presente nesta ocasião, o Presidente da Câmara dos Deputados do Luxemburgo, Claude Wiseler, recordou que a democracia assenta em princípios fundamentais — respeito pelos direitos humanos, Estado de direito, separação de poderes e independência da justiça —, alertando para as tentativas de fragilização das instituições democráticas e para a necessidade de reforçar a confiança dos cidadãos, em particular dos jovens, no funcionamento da democracia. Sublinhou ainda o papel central do Parlamento como lugar de representação, diálogo e debate, afirmando que “*os debates essenciais para um país devem ter lugar no Parlamento*”, e apelou aos responsáveis políticos para que defendam as suas convicções com coragem, mantendo uma ligação próxima aos cidadãos como condição para preservar a vitalidade da democracia parlamentar e representativa (detalhe [aqui](#)).

Seguiu-se uma mesa-redonda dedicada ao **alargamento da União Europeia**, tema escolhido pela sua atualidade política e estratégica num contexto securitário particularmente exigente. Nas conclusões da iniciativa, foi sublinhado que o alargamento implicará decisões políticas de grande alcance e impacto, devendo os Parlamentos nacionais afirmar-se como espaços privilegiados de escrutínio político, reflexão, debate e construção de consensos.

A Assembleia da República assinalou ainda a intenção de repetir anualmente esta iniciativa, colocando a tónica no papel dos Parlamentos nacionais no processo de integração europeia e na promoção de uma pedagogia democrática sobre o projeto europeu, considerando-os atores indispensáveis para a legitimidade democrática do futuro alargamento da União.



Parlamento Europeu

No plano interparlamentar europeu, o Parlamento Europeu assinalou igualmente o **Dia Internacional do Parlamentarismo** através de duas iniciativas dirigidas aos Parlamentos nacionais: um [artigo fotográfico colaborativo](#), reunindo momentos parlamentares significativos do último ano e evidenciando o papel dos Parlamentos no exercício das suas funções democráticas, na aproximação aos cidadãos, na promoção da transparência e no envolvimento dos jovens; e uma [mensagem vídeo conjunta](#) da Presidente do PE, Roberta Metsola, da Presidente da Câmara dos Representantes de Chipre, Annita Demetriou, em representação da Presidência cipriota cessante, e da Ceann Comhairle do Dáil Éireann, Verona Murphy, em representação da Presidência irlandesa entrante. As mensagens sublinharam o papel essencial dos Parlamentos na representação dos cidadãos, na aprovação de legislação, no escrutínio dos Governos e na defesa da responsabilidade democrática, bem como a importância do diálogo, da transparência e da cooperação interparlamentar.

Os materiais podem ser consultados aqui: [artigo fotográfico](#) e [mensagem vídeo](#).



3. INÍCIO FORMAL DA PRESIDÊNCIA IRLANDESA DO CONSELHO DA UE

A Irlanda assumiu, em 1 de julho, a Presidência rotativa do Conselho da União Europeia, pela oitava vez, numa cerimónia de abertura realizada em Dublin, marcada pela presença do Primeiro-Ministro irlandês, Micheál Martin, do Presidente do Conselho Europeu, António Costa, e do Presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky (detalhe [aqui](#))¹. O Primeiro-Ministro irlandês, Micheál Martin, enquadró o semestre como um momento de responsabilidade europeia e de afirmação do compromisso da Irlanda com a União.

Sob o lema “*Strength with unity*”, a Presidência irlandesa apresentou-se com três prioridades centrais — competitividade, valores e segurança —, assumindo como objetivo político “ação e entrega” num semestre particularmente exigente para a União, atravessado pela guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, pela

¹ Como demos nota desenvolvida nas Sínteses n.º [272](#) e [274](#).

negociação do QFP 2028-2034, pela agenda do alargamento e pela necessidade de reforçar a segurança e a resiliência europeias.

A presença de Volodymyr Zelensky no arranque da Presidência deu à cerimónia uma forte dimensão geopolítica. O Presidente ucraniano afirmou que “*cada dia conta*”, lembrando que a Rússia continua a atingir diariamente a Ucrânia, e apelou à manutenção do apoio europeu, ao reforço das sanções contra Moscovo, bem como ao aprofundamento da cooperação em matéria de drones, sistemas antidrones, defesa aérea e segurança marítima. Zelensky defendeu ainda a abertura, “*muito em breve*”, dos restantes grupos de capítulos das negociações de adesão, sublinhando que é essencial a União cumprir as promessas feitas à Ucrânia. Micheál Martin comprometeu-se, por seu lado, a trabalhar para a abertura de todos os capítulos até ao final da Presidência irlandesa e a acelerar um acordo sobre o 21.º pacote de sanções, antecipando já a possibilidade de um pacote seguinte.

O início da Presidência confirmou igualmente a centralidade atribuída por Dublin à segurança e defesa, apesar do perfil tradicionalmente neutral da Irlanda e do facto de não integrar a NATO.

O outro grande eixo político do arranque foi o Quadro Financeiro Plurianual 2028-2034. António Costa afirmou em Dublin que a União deve chegar a acordo sobre o próximo orçamento de longo prazo até ao final de 2026, não sobre “*qualquer orçamento*”, mas sobre um orçamento dotado dos recursos necessários para responder às expectativas dos cidadãos. A Presidência irlandesa fica, assim, responsável por manter a dinâmica negocial e apresentar, em outubro, uma *negotiating box* revista, incluindo propostas ambiciosas sobre novos recursos próprios.

No contexto do arranque da Presidência irlandesa do Conselho da União Europeia, o Serviço de Estudos do Parlamento Europeu — EPRS publicou três novos trabalhos de apoio:

- “[The Irish Parliament and EU affairs](#)” — briefing sobre a forma como as duas câmaras do Oireachtas se organizam para acompanhar, escrutinar e intervir nos assuntos europeus e no processo legislativo da UE;
- “[Priority dossiers under the Irish EU Council Presidency](#)” — briefing com uma visão de conjunto dos principais dossiês prioritários da Presidência irlandesa, nos diferentes domínios da agenda europeia;
- “[Ireland: Key economic indicators](#)” — infografia com os principais indicadores económicos da Irlanda, incluindo PIB, orçamento, inflação, dívida, comércio, desemprego e inovação.

4. DEFESA EUROPEIA - DESENVOLVIMENTOS

Ucrânia — 3,9 mil milhões de euros para aquisição de drones

A Comissão Europeia anunciou, em 30 de junho, o início do desembolso de 3,9 mil milhões de euros à Ucrânia para aquisição de drones, como primeiro pagamento da primeira tranche de cerca de 6 mil milhões de euros especificamente dedicada a esta capacidade, no quadro do *Ukraine Support Loan*, no valor global de 90 mil milhões de euros (detalhe [aqui](#)). A Comissão enquadrou este apoio como uma componente crítica da capacidade ucraniana de resistir à guerra de agressão da Rússia, sublinhando que, num contexto de guerra, a vantagem militar da Ucrânia depende da rápida disponibilidade de produtos críticos, em quantidades adequadas e em prazos muito curtos.

O desembolso surge na sequência da primeira tranche de 3,2 mil milhões de euros, paga em 25 de junho no âmbito do programa de assistência macrofinanceira dedicado, e insere-se numa arquitetura financeira mais ampla: dos 90 mil milhões de euros previstos para 2026 e 2027, 60 mil milhões destinam-se ao apoio à defesa, incluindo 28,3 mil milhões de euros em 2026 para reforçar a capacidade industrial de defesa ucraniana. A

Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, afirmou que a “*engenhosidade*” ucraniana tem estado no centro da resistência à invasão russa e que esta primeira tranche de 3,9 mil milhões de euros para tecnologias avançadas de drones visa reforçar a defesa da Ucrânia, proteger os cidadãos e contribuir para a segurança europeia. O Comissário europeu para a Defesa e o Espaço, Andrius Kubilius, apresentou o desembolso como demonstração do compromisso da União com a defesa, a resiliência e o futuro da Ucrânia, afirmando que a UE continuará a disponibilizar os recursos necessários “*enquanto for preciso*”.

Sistemas autónomos — vantagem tecnológica e controlo humano

Na mesma semana, representantes da Comissão Europeia, da Agência Europeia de Defesa, do Parlamento Europeu e da comunidade de investigação sublinharam, numa conferência em Bruxelas organizada pelo ONERA — Office national d'études et de recherches aérospatiales — sobre sistemas autónomos e colaboração homem-máquina para a defesa europeia, a necessidade de manter controlo humano efetivo sobre os sistemas autónomos de defesa. A discussão confirmou uma **tensão central da atual transformação militar**: a autonomia, a inteligência artificial, a robótica e os sistemas não tripulados são cada vez mais relevantes para a superioridade operacional, mas a sua utilização em contexto militar exige confiança, responsabilidade, supervisão e enquadramento ético. A própria Agência Europeia de Defesa tem vindo a promover um *Action Plan on Autonomous Systems*, destinado a apoiar os Estados-Membros no desenvolvimento de sistemas autónomos fiáveis, eficientes e interoperáveis nos domínios terrestre, aéreo, marítimo e interdomínios.

A Diretora de Investigação, Tecnologia e Inovação da Agência Europeia de Defesa, Nathalie Guichard, defendeu que o sucesso militar futuro dependerá cada vez mais da integração entre humanos, máquinas e informação num único ecossistema operacional, capaz de se adaptar à velocidade do campo de batalha. Sublinhou, contudo, que o objetivo “*não é substituir o humano, mas melhorar a sua tomada de decisão e eficácia operacional*”, considerando que encontrar o equilíbrio adequado entre controlo humano e autonomia das máquinas será um dos grandes desafios das forças armadas do futuro. No mesmo sentido, François Arbault, Diretor de Política de Defesa e Programas Industriais da DG DEFIS, afirmou que a IA pode acelerar decisões, mas não se deve substituir à responsabilidade humana: “*o humano deve permanecer no centro do processo*”, não como limitação, mas como condição essencial de confiança nestes sistemas.

A dimensão política e regulatória foi igualmente destacada pelo Deputado ao Parlamento Europeu Nicolás Pascual de la Parte (PPE, Espanha), que afirmou que, na Europa, o ser humano deve permanecer no centro das preocupações e que não é aceitável que máquinas automatizadas tomem decisões sem controlo humano. Ao mesmo tempo, advertiu para a necessidade de uma abordagem pragmática: a UE não deve “*asfixiar*” o desenvolvimento tecnológico com regulamentação excessiva, mas deve assegurar que estas tecnologias permanecem sob controlo humano. Esta orientação deverá ganhar relevância na discussão do futuro Fundo Europeu de Competitividade, no qual a Comissão defende que os sistemas autónomos e a colaboração homem-máquina continuem a constituir uma prioridade estratégica de investigação e desenvolvimento em defesa. Segundo dados referidos pela *Agence Europe*, a Comissão já investiu 3,3 mil milhões de euros em 180 projetos ligados a sistemas autónomos e 230 milhões de euros em 13 projetos de colaboração homem-máquina.

5. UCRÂNIA: CONFERÊNCIA DE RECUPERAÇÃO E NECESSIDADES DE RECONSTRUÇÃO

Conferência de Recuperação da Ucrânia 2026

Realizou-se, em 25 e 26 de junho, em Gdańsk, a **Conferência de Recuperação da Ucrânia 2026**, organizada pela Polónia e pela Ucrânia (detalhe [aqui](#)). A conferência reuniu mais de 4.000 participantes, incluindo Chefes de Estado e de Governo, instituições financeiras internacionais, setor privado, sociedade civil e representantes de 102 comunidades ucranianas, funcionando como plataforma de mobilização de apoio, financiamento e investimento para a recuperação do país. A edição deste ano centrou-se nos setores mais

afetados pela agressão russa — energia, infraestruturas críticas e logística — e introduziu, por proposta polaca, uma dimensão **dedicada à segurança e defesa**, refletindo a ligação entre reconstrução sustentável, capacidade de defesa, proteção de infraestruturas civis e integração progressiva da Ucrânia nas redes europeias de transporte, energia e segurança.

Segundo o balanço apresentado pela Primeira-Ministra ucraniana, Yuliia Svyrydenko, foram assinados mais de 160 acordos, num valor superior a 10 mil milhões de euros, incluindo o primeiro desembolso de 3,2 mil milhões de euros do novo Ukraine Support Loan da UE, no valor global de 90 mil milhões de euros para 2026-2027, bem como um acordo de 3,4 mil milhões de dólares com o Banco Mundial. A conferência permitiu ainda lançar ou operacionalizar novos instrumentos de investimento, com destaque para o *European Flagship Fund for the Reconstruction of Ukraine*, iniciativa *Team Europe* apoiada pela Comissão Europeia, pelo Banco Europeu de Investimento (BEI), por França, Alemanha, Itália e Polónia, destinada a mobilizar capital privado para infraestruturas, ativos produtivos, energia, digital, modernização industrial, logística e transportes. Segundo a ficha da Comissão Europeia ([aqui](#)), o fundo deverá atingir uma primeira alavangame de 500 milhões de euros até ao final de 2026 e poderá alavancar até 7 mil milhões de euros em investimento; no mesmo contexto, o BEI anunciou um pacote superior a 470 milhões de euros para habitação, conectividade, PME, água, estradas, pontes e infraestruturas fronteiriças.

Necessidades de reconstrução — estudos do Parlamento Europeu e avaliação internacional

Importa referir que a escala financeira da reconstrução continua a aumentar. A quinta [Rapid Damage and Needs Assessment — RDNA5](#), publicada em fevereiro de 2026 pelo Governo da Ucrânia, Banco Mundial, Comissão Europeia e Nações Unidas, estima que, até 31 de dezembro de 2025, as necessidades de recuperação e reconstrução da Ucrânia ascendiam a quase **588 mil milhões de dólares**, ou mais de 500 mil milhões de euros, ao longo da próxima década — quase três vezes o PIB nominal ucraniano estimado para 2025. A avaliação identifica ainda danos diretos de cerca de 195 mil milhões de dólares e perdas socioeconómicas de 666,7 mil milhões de dólares, sobretudo na habitação, transportes, energia, comércio, indústria, serviços públicos e meios de subsistência.

No mesmo sentido, o Parlamento Europeu publicou, em junho de 2026, o estudo [“Mapping the peacetime reconstruction needs of Ukraine”](#), solicitado pela Comissão dos Assuntos Externos — AFET. Partindo da estimativa da RDNA5, que coloca os custos de reconstrução e recuperação próximos dos 507 mil milhões de euros em dez anos, o estudo alerta para três riscos estruturais: a *confusão entre necessidades básicas de reconstrução* — remoção de escombros, drenagem de minas de carvão, remediação ambiental e reposição de condições físicas mínimas — e *setores comercialmente atrativos para investimento*; a *pressão demográfica*, associada à incerteza sobre o regresso dos refugiados, à mobilização militar e ao elevado número de feridos; e a *separação operacional entre reconstrução e processo de adesão à UE*, apesar de ambos estarem formalmente alinhados.

Esta análise é complementada por outros trabalhos recentes do Parlamento Europeu sobre o financiamento da Ucrânia. O *briefing* [“Current and future EU support to Ukraine”](#), solicitado pela Comissão dos Orçamentos — BUDG, estima que as necessidades correntes de financiamento da Ucrânia durante a guerra rondem 3 mil milhões de euros por mês, assinala que a ajuda da Team Europe ascende a cerca de 193 mil milhões de euros desde o início da agressão russa e identifica, no próximo QFP 2028-2034, uma proposta de 100 mil milhões de euros em empréstimos para a Ucrânia, através do Instrumento Europa Global, além de até 48 mil milhões de euros em garantias orçamentais.

6. BCE - FÓRUM ANUAL SOBRE BANCA CENTRAL

Decorreu, entre 29 de junho e 1 de julho, em Sintra, a edição de 2026 do [Fórum do BCE sobre Banca Central](#), subordinado ao tema “*Shaping Europe’s future: innovation, growth and stability*”, que reuniu governadores de bancos centrais, académicos e representantes dos mercados financeiros.

No discurso de abertura do Fórum do BCE sobre Banca Central 2026, em Sintra, Christine Lagarde (discurso [aqui](#)) defendeu que a política monetária regressou, em certa medida, aos seus instrumentos fundamentais — taxas de juro como principal instrumento, ajustamentos mais medidos e decisões tomadas reunião a reunião, com base nos dados —, mas sublinhou que esse “*regresso ao básico*” não significa um regresso ao passado.

Segundo a Presidente do BCE, a zona euro tornou-se mais resiliente graças ao reforço da arquitetura institucional europeia, aos instrumentos do próprio BCE contra riscos de fragmentação, à supervisão bancária europeia, aos quadros orçamentais comuns e à melhor ancoragem das expectativas de inflação; ao mesmo tempo, enfrenta choques mais frequentes, sobretudo do lado da oferta, num ambiente geopolítico em que energia, matérias-primas críticas, acesso a mercados e cadeias de abastecimento podem ser “instrumentalizados”.

Neste contexto, Lagarde defendeu que o BCE deve inovar na forma como aplica os seus princípios fundamentais, recorrendo a indicadores mais granulares, projeções mais robustas e análise de cenários, para calibrar respostas proporcionadas perante choques que podem escalar rapidamente ou dissipar-se em poucos dias. A mensagem central foi a de que os fundamentos da política monetária permanecem — estabilidade de preços, transmissão eficaz e credibilidade —, mas a sua aplicação exige maior capacidade de leitura em tempo real, flexibilidade analítica e decisões robustas num ambiente de incerteza elevada.

O Fórum incluiu ainda sessões dedicadas à inteligência artificial e à estabilidade financeira, presidida por Isabel Schnabel, à aceleração do crescimento europeu — inovação versus difusão tecnológica —, presidida por Boris Vujčić, e aos ciclos regulatórios e riscos de estabilidade, presidida por Frank Elderson. Questionada sobre o atraso europeu no investimento em inteligência artificial e em empresas tecnológicas de fronteira, Lagarde considerou que a Europa e os Estados Unidos são, nesta matéria, “*refém um do outro*”, dada a interdependência entre os mercados europeus e as receitas das grandes tecnológicas norte-americanas. Na sessão de encerramento, em 1 de julho, Lagarde participou num painel de política monetária com o Presidente da Reserva Federal dos Estados Unidos, Kevin Warsh, o Governador do Banco de Inglaterra, Andrew Bailey, e o Governador do Banco do Canadá, Tiff Macklem; Warsh sublinhou que a inflação permanece elevada apesar da abertura dos bancos centrais aos potenciais efeitos desinflationistas da inteligência artificial sobre a produtividade.

Sobre os restantes discursos, destacamos Piero Cipollone, “[The digital transformation of money, payments and finance](#)”; Frank Elderson, “[The green transition – benefits and barriers](#)”; e Isabel Schnabel, “[Is inflation back?](#)”.

7. COMISSÃO EUROPEIA — RESTRIÇÕES AO ACESSO DE MENORES ÀS REDES SOCIAIS

A Comissão Europeia poderá anunciar, em setembro, propostas para uma restrição europeia ao acesso de crianças às redes sociais, eventualmente no discurso sobre o Estado da União, previsto para 16 de setembro. Segundo o Euractiv ([aqui](#)), a iniciativa está ainda em preparação e o seu formato jurídico não se encontra fechado, mas deverá abrir caminho a legislação ou medidas regulatórias que obriguem as plataformas digitais a impedir a criação de contas por menores abaixo de uma idade mínima harmonizada. A iniciativa surge num contexto de crescente pressão política para reforçar a proteção dos menores em linha, em particular face a riscos associados a conteúdos nocivos, desenho aditivo das plataformas, cyberbullying, manipulação algorítmica e impactos na saúde mental.

A Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, criou um painel especial de peritos sobre segurança das crianças em linha para aconselhar a Comissão sobre uma abordagem europeia comum, incluindo a eventual definição de uma idade mínima para o acesso às redes sociais (detalhe [aqui](#)). Recorde-se que o PE já tinha

defendido, em [resolução não legislativa](#), uma idade mínima harmonizada de 16 anos para acesso a redes sociais, plataformas de partilha de vídeo e companheiros de IA, admitindo o acesso entre os 13 e os 16 anos mediante consentimento parental.

8. EUROBARÓMETRO DE PRIMAVERA DO PARLAMENTO EUROPEU

O Eurobarómetro da primavera de 2026 do Parlamento Europeu confirma uma perceção particularmente favorável da União Europeia em Portugal, no ano em que se assinalam os 40 anos da adesão às Comunidades Europeias (detalhe [aqui](#)). **Portugal** é o Estado-Membro em que mais cidadãos reconhecem a UE como um espaço de estabilidade: 94% dos portugueses consideram a União Europeia “*um lugar de estabilidade num mundo conturbado*”, o valor mais elevado entre os 27, acima da média europeia de 75%, que também atingiu o nível mais alto da última década.

A leitura portuguesa é igualmente muito positiva quanto ao balanço da adesão: 90% dos inquiridos consideram que Portugal beneficiou da pertença à UE, acima da média europeia de 74%, destacando como principais benefícios o reforço da voz de Portugal no mundo (43%), o contributo para o crescimento económico (40%) e as oportunidades de emprego (31%). A Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, enquadrrou estes resultados como sinal de que, “*num momento de incerteza global*”, os europeus veem cada vez mais a União como “um farol de estabilidade”, mas também como expressão de uma expectativa clara de ação em matéria de segurança, prosperidade e oportunidades.

Ao mesmo tempo, o estudo revela uma **opinião pública portuguesa europeísta**, mas exigente quanto à capacidade de resposta da União e das suas instituições. Os portugueses defendem que a UE deve ter um papel mais forte na proteção contra crises globais e riscos de segurança, que deve dispor de mais meios para enfrentar desafios internacionais e que os Estados-Membros devem atuar de forma mais unida. Persistem, contudo, preocupações sociais expressivas, em particular quanto ao custo de vida e ao nível de vida futuro:

- 90% dos portugueses defendem um papel mais forte da UE na proteção contra crises mundiais e riscos de segurança, face a 68% na média europeia;
- 92% consideram que a UE precisa de mais recursos para enfrentar desafios globais, contra 73% na UE;
- 97% gostariam de ver os Estados-Membros mais unidos no contexto atual;
- 65% apontam a inflação, o aumento dos preços e o custo de vida como prioridade para o Parlamento Europeu, claramente acima da média europeia de 47%;
- 69% dos portugueses entendem que o Parlamento Europeu deveria desempenhar um papel mais importante, e 58% têm uma imagem positiva da instituição.

9. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR - COMISSÕES AFET E CONT DO PE²

Comissão dos Assuntos Externos — Alargamento da União Europeia

No dia 24 de junho, realizou-se, no Parlamento Europeu, em Bruxelas, uma reunião interparlamentar organizada pela Comissão dos Assuntos Externos — AFET, dedicada ao alargamento da União Europeia, com a participação de representantes dos parlamentos nacionais dos Estados-Membros e de países candidatos à adesão, designadamente Moldova, Montenegro, Sérvia e Ucrânia. A Assembleia da República esteve representada pelos *Deputados Pedro Correia (CH, 4.ª CAE), Eva Brás Pinho (PSD, 4.ª CAE), Eva Cruzeiro (PS, 2.ª CNECP) e Paulo Edson da Cunha (PSD, 2.ª CNECP)*. O primeiro painel, subordinado ao tema “*Alargamento da UE —*

² Ponto elaborado por Maria João Resende, assessora da Comissão de Assuntos Europeus.

aproveitar o momentum”, contou com a intervenção de Mathieu Bousquet, Diretor para a Coordenação do Alargamento, Estratégia e Investimentos da Comissão Europeia. No debate, o Deputado Paulo Edson da Cunha defendeu o alargamento como um imperativo geoestratégico para reforçar a União perante os atuais desafios internacionais, sublinhando a necessidade de reformas institucionais que aumentem a eficácia da tomada de decisão e a capacidade de ação da UE. A Deputada ao Parlamento Europeu Marta Temido (S&D) salientou, por sua vez, que o alargamento deve continuar a ser entendido como instrumento de paz e prosperidade, assente no mérito e nos valores democráticos, manifestando preocupações quanto às questões ambientais na Albânia e ao respeito pelos direitos fundamentais na Sérvia.

O segundo painel, dedicado ao tema *“O papel dos parlamentos no avanço do processo de adesão à UE”*, teve como orador principal o Professor Joachim Koops, Presidente do Conselho do Global Governance Institute e Professor de Estudos de Segurança da Universidade de Leiden. A Deputada Eva Brás Pinho destacou o alargamento como instrumento de reforço da segurança, estabilidade e afirmação geopolítica da Europa, defendendo um processo baseado no mérito e no cumprimento rigoroso dos critérios de adesão. Sublinhou ainda o papel dos parlamentos nacionais no combate à desinformação, no escrutínio das iniciativas legislativas europeias, na cooperação interparlamentar e na aproximação dos cidadãos ao projeto europeu. O Deputado Pedro Correia afirmou que o alargamento deve ser entendido como um processo estratégico de integração política e democrática, salientando a importância dos parlamentos na legitimação das reformas, na promoção do Estado de direito, da transparência e do combate à corrupção e ao crime organizado, bem como o papel da diplomacia parlamentar na preparação dos países candidatos.

A reunião evidenciou, em termos gerais, o alargamento como instrumento de estabilidade, segurança e afirmação dos valores europeus, bem como a relevância dos parlamentos nacionais na legitimação, escrutínio e apropriação democrática das reformas necessárias à integração europeia.

Comissão do Controlo Orçamental — MRR e próximo QFP 2028-2034

No mesmo dia 24 de junho, realizou-se igualmente, no Parlamento Europeu, em Bruxelas, uma reunião interparlamentar organizada pela *Comissão do Controlo Orçamental — CONT*, dedicada à supervisão do *Mecanismo de Recuperação e Resiliência — MRR e às perspetivas para o próximo Quadro Financeiro Plurianual 2028-2034*. A Assembleia da República esteve representada pelos *Deputados Pedro do Carmo (PS, 7.ª CAPes), Nuno Fazenda (PS, 4.ª CAE), Patrícia Almeida (CH, 5.ª COFAP) e Adriana Rodrigues (PSD, 6.ª CECT)*.

O primeiro painel, centrado na supervisão do MRR, contou com intervenções de do Deputado ao Parlamento Europeu Daniel Freund (Verdes/ALE, Alemanha), membro da CONT, e de Ivana Maletić, membro do Tribunal de Contas Europeu. No debate, a Deputada Adriana Rodrigues destacou a execução do PRR português, assinalando progressos, mas também desafios associados à concretização dos investimentos e à simplificação administrativa; o Deputado Pedro do Carmo sublinhou a necessidade de avaliar o impacto do MRR na coesão económica e territorial da União e de assegurar que os investimentos europeus apoiam a transformação sustentável dos setores económicos; e o Deputado Nuno Fazenda enfatizou a importância da transparência, do rigor e da avaliação do impacto dos fundos europeus, defendendo uma análise da eficácia dos mecanismos de acompanhamento e controlo da execução do PRR.

O segundo painel, dedicado ao próximo QFP, contou com intervenções de Lavinia Mennuni, membro da Comissão do Orçamento do Senado italiano, Florence Blatrix Contat, Vice-Presidente da Comissão dos Assuntos Europeus do Senado francês, Felix Klos, membro da Comissão dos Assuntos Europeus da Câmara dos Representantes dos Países Baixos, da Deputada ao Parlamento Europeu Carla Tavares (S&D), membro da CONT e relatora para o QFP, e de Salla Saastamoinen, Diretora-Geral Adjunta do OLAF. A Deputada Adriana Rodrigues defendeu a manutenção de uma política de coesão e de uma PAC robustas no próximo QFP, pelo seu papel na convergência económica, social e territorial, no desenvolvimento regional e no apoio aos

territórios rurais. A Deputada Patrícia Almeida manifestou preocupação com a crescente centralização dos instrumentos financeiros da União, alertando para riscos em matéria de transparência, rastreabilidade das verbas, igualdade de tratamento entre Estados-Membros e eficácia dos mecanismos de auditoria e controlo. O Deputado Nuno Fazenda salientou a coesão territorial como condição para a competitividade e solidariedade europeias, defendendo a preservação dos fundos de coesão e uma governação próxima dos territórios, assente na transparência e na participação regional.

A Deputada ao Parlamento Europeu Carla Tavares alertou para os riscos de algumas alterações propostas para o próximo QFP poderem enfraquecer a transparência, a auditabilidade e a supervisão da despesa europeia, defendendo a preservação da coesão e da PAC, a harmonização das regras de controlo e uma abordagem equilibrada entre competitividade, segurança, defesa e coesão social. A discussão confirmou a necessidade de conciliar flexibilidade e orientação para resultados com elevados padrões de transparência, auditabilidade, prestação de contas e proteção dos interesses financeiros dos contribuintes europeus.

10. REUNIÕES DO CONSELHO

As reuniões do Conselho neste período podem ser consultadas [aqui](#).

11. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Conselho Europeu

A agenda do Presidente desta instituição, António Costa, está disponível [aqui](#).

Parlamento Europeu

A sessão plenária do Parlamento Europeu de 6 a 9 de julho, em Estrasburgo, terá como principais destaques o debate com o Primeiro-Ministro irlandês, Micheál Martin, sobre as prioridades da nova Presidência irlandesa do Conselho da UE, e a apreciação dos resultados do Conselho Europeu de junho. Estão ainda previstos debates e votações sobre os direitos dos passageiros aéreos, a coordenação da segurança social, a deteção de material de abuso sexual de crianças em linha, os relatórios de alargamento da Ucrânia, Moldova e Sérvia, a modernização da parceria UE-México, medidas de apoio aos agricultores e debates sobre incêndios florestais, pescas, forças democráticas russas e respeito pelos valores da União (eetalhe [aqui](#)).

Comissão Europeia

A próxima reunião será a 7 de julho, destacando-se o Plano de Ação sobre Cibersegurança e Inteligência Artificial.

Conselho da UE

O calendário está disponível: 6 de julho - Reunião informal dos ministros do Emprego e dos Assuntos Sociais; 9 de julho - Eurogrupo e Reunião informal dos ministros da Competitividade.

Bruxelas | 3 de julho de 2026

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE (página dedicada [aqui](#)).

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) e [aqui](#) (base pesquisável)